

**MENSAGEM Nº 15/2018**

*Senhor Presidente,  
Senhora Vereadora,  
Senhores Vereadores,*

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei nº 15, de 05 de março de 2018, que **“Autoriza o Poder Executivo efetuar repasse voluntário de recurso financeiro à entidade que especifica, e dá outras providências.”**

Como é de conhecimento, a entidade que será beneficiada pelo Projeto de Lei ora apresentado, prestam relevantes serviços ao nosso Município, sendo justo, portanto, o incentivo do Poder Público através de repasse voluntário de recurso financeiro.

Além disso, o recurso repassado a essas entidade será fiscalizado pelo órgão competente, através de prestação de contas dos recursos recebidos e observados se compatibilizam com a finalidade a que foram destinados, visando preservar o erário quanto à má utilização e a qualidade dos serviços que serão prestados à população.

Expostas, assim, razões de minha iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis, contando com a aprovação da matéria em pauta, em caráter de urgência.

Iturama-MG, 05 de março de 2018.

**ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA**  
*Prefeito do Município de Iturama/MG.*

CÂMARA MUNICIPAL ITURAMA MG  
13/03/2018 13:46 000227

**PROJETO DE LEI Nº 15, DE 05 DE MARÇO DE 2018.**

**“Autoriza o Poder Executivo efetuar repasse voluntário de recurso financeiro à entidade que especifica, e dá outras providências”.**

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar repasse voluntário de recurso financeiro, no exercício de 2018, à entidade adiante discriminada, no valor especificado:

ENTIDADE	CPNJ	VALOR (R\$)
Abrigo ao Idoso Sol Nascente	05.512.326/0001-11	R\$ 120.000,00

**Art. 2º** O repasse do recurso financeiro autorizado por esta Lei será liberada mediante a observância das regras constantes na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº. 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

**Art. 3º** A prestação de conta deverá ser feita observando-se as regras previstas na legislação, além de prazos e normas de elaboração constante do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

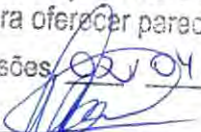
Iturama-MG, 05 de março de 2018.

**ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA**  
*Prefeito do Município de Iturama/MG.*

A Comissão de Finanças, Justiça e  
Legislação para oferecer parecer.  
Sala das Sessões, 02 / 04 / 2018

  
Presidente da Câmara

A Comissão de Orçamento e tomada  
de contas para oferecer parecer  
Sala das Sessões, 02 / 04 / 2018

  
Presidente da Câmara

Aprovado em três discussão  
Por unanimidade  
Sala das Sessões em 02 / 04 / 2018  
O Presidente

A Sanção  
Sala das Sessões em 02 / 04 / 2018  
O Presidente





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**

## **PROCURADORIA GERAL**

### **PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 15/2018.**

O projeto de Lei nº 37/2017, de autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, visa subvencionar/repassar recursos financeiros a entidade Abrigo ao Idoso Sol Nascente de Iturama.

A instituição tem personalidade jurídica, tem finalidade exclusiva de servir desinteressadamente a coletividade, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado, seus Diretores não são remunerados, é declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº Lei - 3440/2005.

O projeto é de lei de competência exclusiva do Poder Executivo, nos termos do inciso V, art. 50 da Lei Orgânica Municipal. Transcrevemos:

**Art.50 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, as leis que disponham sobre:**

**(...)**

**IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;**

Para a concessão dos benefícios as entidade devem comprovar o disposto no art. 4º da Lei nº 3.493/05, transcrevo:

**Art. 4º - Para fazer jus ao beneficio a entidade terá que:**

**I - apresentar plano de trabalho detalhado do serviço ou obra a ser desenvolvido;**

**II - estar em pleno e regular funcionamento, inclusive quanto à situação fiscal;**

**III - ter sido declarada de utilidade pública municipal, estadual e/ou federal;**

**IV - comprovar a correta e devida prestação de contas, perante o órgão apropriado, do último recurso de subvenção social ou de auxílio para despesas de capital recebido;**

**V - comprovar não ter fins lucrativos e não distribuir lucros e dividendos, nem conceder remuneração, vantagens ou benefícios a dirigentes, conselheiro, associado ou instituidor;**

**VI - desenvolver, entre outras, ações que tenham um dos seguintes objetivos:**

**a) - proteção à saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice;**

**b) - combate à fome e à pobreza;**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

- c) - integração dos seus beneficiários no mercado de trabalho ou em atividades que propicie renda;
- d) - habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência;
- e) - divulgação da cultura e do esporte;
- f) - proteção do meio ambiente;
- g) - educação especial à deficientes e carentes;
- VII - Aplicação de contrapartida no caso de transferência de capital, em valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor do projeto;
- VIII - ter previsão no Estatuto Social, de destinação do seu patrimônio a outra entidade congênere, no caso de dissolução.

Os auxílios financeiros têm caráter de suplementação. O parágrafo único, do art. 16 da Lei Federal nº 4.320/64, estabelece que os valores das subvenções sejam, sempre que possível, calculados com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, assim segue o dispositivo supracitado:

### **Lei nº 4.320/64**

**Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.**

**Parágrafo Único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados, ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados. (g.n.)**

O artigo 17 da Lei 4.320/64 restringe a concessão de subvenções somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização, devendo o Poder Executivo, verificar tais condições para concessão da subvenção ora tratada:

**Art. 17. Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções.**

Observo ainda que os repasses financeiros/subvenções devem ter





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

---

caráter supletivo, ou seja, a entidade beneficiada deve angariar recursos de seus associados para consecução de seus objetivos.

A Lei 13.019/2014 trás disposições quanto ao repasses financeiros que devem ser seguidas.

Para aprovação é necessário o voto de **DOIS TERÇOS (2/3)** dos Senhores membros desta Casa Legislativa (artigo 263, I do Regimento Interno).

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 13 de março de 2018.

  
**David Tribioli Corrêa**  
Advogado



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

## FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

**PROJETO DE LEI Nº 15/2018**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**DENOMINAÇÃO:** “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EFETUAR REPASSE VOLUNTÁRIO DE RECURSO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**DATA DE RECEBIMENTO:**

**ANALISADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:**

**PARECER: ANEXO.**

**ENTREGUE À COMISSÃO:**

**FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM** 19/03 /2018

**PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

**ASSINATURA DO PRESIDENTE:** [Assinatura]

**ENTREGUE AO RELATOR EM** 22/04 /2018

**ASSINATURA DO RELATOR:** [Assinatura]

**ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM** 19/03 /2018

**PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

**ASSINATURA DO PRESIDENTE:** [Assinatura]

**ENTREGUE AO RELATOR EM** 19/03 /2018

**ASSINATURA DO RELATOR:** José Carlos Amaral

**ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES VISTO DO PRESIDENTE**

6ª Reunião Ordinária EM 02/04 /2018 [Assinatura]

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 15/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

**DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EFETUAR REPASSE VOLUNTÁRIO DE RECURSO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 15/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.**

Câmara Municipal, em 19 de Março de 2018

Presidente: Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento

Vice-Presidente: Ricardo Oliveira de Freitas

Relator: Nivaldo Alves Ferreira







# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 15/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EFETUAR REPASSE VOLUNTÁRIO DE RECURSO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

### COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 15/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.**

Câmara Municipal, em 14 de Março de 2018

Presidente: Carlos Alberto Corrêa da Silva - Carlito

Vice-Presidente: Ana Lúcia Menezes Santos

Relator: Fabrício Adão Dias Amaral

Aprovado em	<u>1ª</u>	discussão
Por	<u>unanimidade</u>	
Sala das Sessões em	<u>02/04/2018</u>	
O Presidente		